

Sobrecarga de projetos cabe ao Governo

Ainda que se apele para o velho recurso do esforço concentrado, sempre obrigatório nos finais de sessão legislativa, o Congresso corre sério risco de ser acusado, mais uma vez, de não colaborar com o Executivo na busca de soluções para os problemas do País. Matérias **prioritárias** não faltam, na Câmara Federal, para serem incluídas na pauta de votação desse final de ano. O **Emendão**, desmembrado em cinco projetos, inclusive. Como os demais, além de prioritários (para a economia) são polêmicos e dependem de um amplo entendimento. O Governo, por sua vez, no uso de suas prerrogativas enviou nada mais que nove projetos de lei com urgência constitucional nos últimos dez dias, além de pedidos de créditos suplementares.

A pauta da Câmara tem ainda a característica de ser, no

caso dos projetos de autoria do Executivo, a primeira Casa a apreciá-los. Quanto mais retardar sua deliberação, mais difícil fica a tramitação no Senado. Os senadores já não admitem simplesmente **homologar** substitutivos da Câmara na última hora. O presidente, senador Mauro Benevides, já acena com sessões nos finais de semana, para que ao menos se discuta as matérias oriundas da Câmara.

O **Emendão** é uma história à parte. Os prognósticos indicam que, havendo acordo, apenas dois projetos têm chance de ser aprovados, até porque já existe algum consenso em fazê-lo: o que garante a modernização da economia e o reajuste fiscal. Uma proposta de emenda constitucional, fora do **Emendão**, no entanto, tem

mais chance de ser apreciada: o projeto do senador Nelson Carneiro (PMDB/RJ) que estabelece critérios para a remuneração dos deputados estaduais e vereadores que, em alguns estados, estão ganhando até quatro vezes mais que os deputados federais e senadores. Nelson Carneiro propõe a mesma lei anterior à atual Constituição — dois terços da remuneração dos parlamentares federais para os estaduais e um terço para os vereadores. Aprovada na Câmara, a proposta volta ao Senado apenas para ser promulgada.

Mas há também projetos que já tramitaram no Senado, foram emendados e voltaram à Câmara. É o caso da Lei da Usura, que estabelece o limite de 12 por cento para os juros, de autoria do deputado Gastone Righi (PTB/SP).